

Maquiando o trabalho: opacidade e transparência numa empresa de cosméticos global

THIAGO AGUIAR

São Paulo: Annablume, 2017. 188p.

*Geraldo Augusto Pinto**

A pesquisa em Sociologia do Trabalho no Brasil continua produzindo materiais interessantíssimos. Apesar das restrições interpostas pelas empresas no acesso aos seus espaços físicos, a universidade pública continua a fomentar a investigação rigorosa, que traz resultados do interesse de toda a sociedade. Tal é o caso do livro de Thiago Aguiar, resultado de uma pesquisa de mestrado realizada na pós-graduação em Sociologia da USP.

O pesquisador realizou um estudo de caso na Natura, empresa de cosméticos com sede em Cajamar-SP. O foco está na organização dos processos produtivos e nas formas de avaliação, de promoção e reconhecimento (em termos de salários e benefícios) da empresa e seu quadro de trabalhadores/as, desde as áreas operacionais até as gerenciais. O autor empreendeu entrevistas com os/as assalariados/as em todos esses níveis e, para a boa surpresa do leitor, também com Luiz Seabra, diretor da empresa, figura influente da burguesia industrial brasileira e cuja intervenção na pesquisa foi tratada em capítulo inteiro e à parte.

A pesquisa foi instigada pela demissão conjunta de 33 trabalhadores/as em fins de 2010, dos/as quais 22, mediante acordo da Natura com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), estavam alocados/as em uma linha de produção especial (fazendo retrabalhos) por terem adquirido lesões por esforços repetitivos.

* Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: geraldoaugustopinto@gmail.com

O caso rendeu ações por parte do Sindicato dos Químicos de Osasco-SP e até pronunciamento na Câmara dos Deputados em Brasília, pois, além da gravidade da decisão, a empresa justificou publicamente que as demissões decorreram da “falta de comprometimento” dos/as assalariados/as.

O pesquisador lançou-se a campo aproximando-se do sindicato e, por este, de um grupo de trabalhadores/as (entre os/as quais, os/as demitidos/as na ocasião), visando compreender em que medida a organização do trabalho na Natura teria promovido não só adoecimentos e demissões, como também – eis o “pulo do gato” – uma cultura de engajamento ideológico dos/as assalariados/as com os ideais da empresa. Em outras palavras, uma cultura de assimilação das demandas do mercado à empresa, como se fossem oportunidades e responsabilidades dos próprios/as trabalhadores/ras; isso a ponto de virem a adoecer e a gerência cometer uma afronta como aquela.

O pesquisador executou um percurso analítico complexo. Ele não se deteve apenas na análise de material empírico público (ofertado pelo sindicato e pela própria companhia, como relatórios de desempenho, informes internos, cadernos de formação e avaliação de quadros etc.), ele traçou uma análise sociológica do significado simbólico desse monumento erguido pelo capital industrial em Cajamar-SP, dedicado a uma estética do corpo que consagra o rejuvenescimento e a autoestima individual como bálsamos ao destemperamento da vida das massas, ao lado dos mitos do *self-made* e do *accountability* dos/as empresários/as como os caminhos de uma sociedade mais justa e feliz.

Não por acaso, Luiz Seabra lê – enquanto o formigueiro do império envidraçado labuta – obras de Filosofia e Sociologia clássicas, pondo lenha no debate sobre ceticismo *versus* pessimismo nas tertúlias que trava com economistas latino-americanos ultraliberais e acionistas de seu grupo.

De fato, é com a Filosofia e a Sociologia que os/as poderosos/as se metem e com elas “douram a pílula” e a bomba. Essas são matérias taxadas como perfumaria no ensino básico por entidades do empresariado industrial. Para eles, ao formigueiro humano que empregam dentro e fora das fábricas (1,8 milhão de revendedores/as da Natura), cabe a Matemática e a língua instrumental para o trabalho técnico. Para si mesmos/as, contudo, os/as industriais tratam da Filosofia e da Sociologia como ciências magnas, úteis na vida privada e nos negócios, entre os quais a política. Guilherme Leal, copresidente do conselho administrativo da Natura, demonstrou isso quando, quatro anos depois de adentrar o rol das mil pessoas mais ricas do mundo (segundo a revista Forbes), candidatou-se, em 2010, à vice-presidente da República, com Marina Silva, pelo Partido Verde (campanha na qual foi o maior doador).

Para que a Filosofia e a Sociologia sejam digeridas nos negócios, no *marketing* da Natura e de seus/suas proprietários/as e acionistas, a fábrica envidraçada de Cajamar ferveilha seus processos 24 horas, sete dias por semana, como uma usina química dividida em três áreas sagazmente nomeadas como Rio da Prata, Rio São Francisco e Rio Amazonas, sendo as linhas (ou células) de produção identificadas também por nomes de rios dessas mesmas bacias. “Onde você trabalhava?”, per-

gunta um/a, “No Rio da Prata, mas agora estou no Amazonas”, replica o/a outro/a, e o diálogo sutilmente remete a algo de natural, uma espécie de ilusionismo de sintaxe que subverte, no cotidiano, o significado dos objetos e relações nas quais os/as interlocutores/as estão envolvidos/as.

Todo esse cenário foi assimilado e deslindado pelo pesquisador numa análise que conduz o/a leitor/a para dentro da fábrica-espetáculo, com seus *halls* e corredores de visitação vaporizados com o cheiro de erva-doce. Transparência, bem-estar e sustentabilidade, são tão proposital e exageradamente usados como valores e tão incisivamente postos como uma identidade da Natura junto à sociedade, que, no mínimo – questiona-se, com razão, o pesquisador – algo diverso deve ocorrer sob os vidros.

Fábricas são fábricas. E lá estão a maquinaria, as células de produção, com as tecnologias de gestão (como o Total Productive Maintenance) e, como a pesquisa haveria de desvelar, a luta entre as classes sociais. Esta, no arguto olhar do autor, não desvaneceu, mas vem se metamorfoseando frente a instrumentos deletérios da rebeldia operária – em especial, os regimes de metas e a participação nos lucros e resultados (PLR).

O autor examina demoradamente (com apoio da literatura, mas dando bastante voz aos/as entrevistados/as) como a Natura lida com o incentivo e a cobrança de metas, lançando mão até mesmo de pagamentos antecipados aos dissídios coletivos com o fito de interpor-se, paternalisticamente, entre seu quadro de trabalhadores/as e o sindicato. Trata-se de uma empresa que nunca vivenciou uma greve.

O acompanhamento das metas de produção é restrito à gestão e só ao final de um ano é realizado o rateio da PLR, incidindo descontos conforme índices de retrabalho, de ausências etc. Informou uma entrevistada que isso motiva os/as trabalhadores/as a trabalhar doentes (“com atestado no bolso”) e, ainda assim, supervisionar os/as demais. Cabe aqui um aviso: o livro escancara, com a fala dos/as próprios/as entrevistados/as, a falta de solidariedade que os métodos de gestão flexível e o culto aos ideais da empresa produziu entre os/as assalariados/as. Há declarações de operários/as que provavelmente causarão acidez nos/as leitores/as, e que o autor invocou e levou até o fim.

O perfil biográfico dos/as entrevistados/as também é rico e é notório como o autor percebeu isso, dando merecida vivacidade às distintas personalidades que colaboraram com a pesquisa. No enquadramento teórico, comparecem Pialoux e Beaud, Burawoy e Bourdieu, o que indica coerência entre objeto e argumentos.

Consideradas as dificuldades de acesso às informações interpostas pelas empresas em trabalhos de campo como este, não poderíamos findar esta resenha, redigida num contexto de aniquilamento dos recursos públicos destinados à pesquisa no país, sem a indagação: teria uma corporação privada financiado a execução e a publicação em livro, de uma pesquisa como esta? E seria justo uma sociedade contentar-se em observar apenas de longe, por uma vidraça e sob a fragrância de erva-doce, o trabalho e a vida dos/as manipuladores/as dos produtos que passamos no corpo todos os dias?